

# **NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO**

Exercício de 2022

## **CONTEXTO OPERACIONAL**

A Câmara Municipal de Ielmo Marinho é pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o número 09.394.859/0001-05, tendoa sua sede administrativa situada na Rua José Camilo Bezerra, sn – Centro – Ielmo Marinho/RN.

As atividades operacionais durante o exercício de 2023 foram amparadas pela Lei Orçamentária Anual – LOA 2023), e pelas leis e decretos que autorizaram os créditos adicionais abertos durante o exercício de 2023.

As demonstrações contábeis que compõem esta prestação de contas foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sisitema da empresa TOPDOWN Consultoria Ltda e adequado ao novo PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial de todos os Poderes.

As demonstrações são compostas por: Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial(BP), Demonstrativo das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstrativo das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) e Notas Explicativas. Essas demonstrações e notas explicativas referem-se ao exercício financeiro de 2022, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

## **BASE DE PREPARAÇÃO**

As demonstrações contábeis constantes neste Balanço foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª edição. O Manual é aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) Nº 877 de dezembro de 2018, que está em consonância com os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320/1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativas às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

## **BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

### **01. Critério de Apropriação**

Foram consideradas como realizadas, as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício de 2023, nos termos do art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64.

## 02. Detalhamento da Execução Orçamentária por Tipo de Crédito

Apresentam a execução conforme dispõe a legislação em vigor e de acordo com o art. 43, da Lei 4.320 de 17 de março de 1964.

Quanto a codificação das fontes de recursos registradas na execução orçamentária, foi utilizada a tabela padrão vinculada a Portaria Conjunta STN/SOF nº 20, de 23 de fevereiro de 2021; Portaria nº 710 de 25 de fevereiro de 2021; Portaria nº 925 de 08 de julho de 2021; Resolução 028/2020-TCE/RN, Portaria nº 145/2021 GP/TCE-RN.

## 03. Restos a Pagar

Houve despesas que foram empenhadas em Restos a Pagar e não pagas até o último dia do exercício financeiro de 2023, pois existia lastro financeiro para quitação do mesmo no ano seguinte.

## **BALANÇO FINANCEIRO**

O Balanço Financeiro está previsto no art. 103 e no anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64 e demonstra as receitas e as despesas orçamentárias, as transferências financeiras recebidas e as concedidas, os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária.

## **BALANÇO PATRIMONIAL-CONSOLIDADO**

O Balanço Patrimonial está previsto no artigo 104 e no Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64. É a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação

### 01. Apresentação das Demonstrações Contábeis

Foram elaboradas em observância com os dispositivos legais que regem o assunto, em especial a Lei 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios da Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes.

### 02. Caixa e Equivalente de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais, não haja restrições para uso imediato.

### 03. Estoques

É importante informar que em virtude da inexistência de Controle de Almoxarifado e Patrimonial, não há informações disponibilizadas para registro contábil até o encerramento do exercício.

### 04. Imobilizado – Bens Móveis

Quanto a depreciação, por não existir no órgão a gestão do patrimônio, os bens não sofreram, atualização, avaliação ou reavaliação.

## **DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – CONSOLIDADO**

### 01. Contexto Operacional

A DFC foi elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas na conta Caixa Equivalentes de Caixa, segregados nos fluxos das atividades operacionais, das atividades de investimentos e das atividades de financiamentos. O resultado corresponde a diferença entre os saldos iniciais e finais de caixa e Equivalentes de Caixa e mantém compatibilidade com os valores apresentados no Balanço Financeiro, realizado a regra de integridade.

  
**Julimara Gonçalves Abel da Silva**  
Contabilista – CRC/RN 008446-O